

A Problemática das Águas em Salvador: Crise, Conflitos e Desafios

Maria Elisabete Pereira dos Santos, José Antônio G. de Pinho,
Renata Rossi, Rosely Sampaio

Resumo Este artigo tem como objetivo discutir a problemática das águas em Salvador a partir dos conceitos de *sociometabolismo do capital* e de *economia rentista* e afirma a tese de que o seu comprometimento resulta da conjugação entre pobreza, acesso estratificado aos serviços de saneamento, ação predatória de grupos econômicos (que têm na terra urbana seu objeto de acumulação) e a captura do poder público municipal por interesses especulativos. A despeito do avanço na democratização da *res publica* e da universalização do acesso a serviços de consumo coletivo, o aprofundamento da problemática das águas em cidades como Salvador, resulta da forma subordinada como a cidade se insere no atual processo de flexibilização produtiva e, adicionalmente, pela peculiar forma de reprodução sociometabólica do capital em contextos nos quais forças políticas tradicionalmente situadas no campo de oposição dão continuidade a projetos de desenvolvimento que aprofundam a segregação sócioespacial e a degradação ambiental. As principais fontes de dados utilizadas são os dados secundários da PED, Pnad, Censo de 2010 e primários do *Caminho das Águas em Salvador* e as referências teóricas são Mészáros, Paulani e Maricato, dentre outros, autores que contribuem para a compreensão da complexa relação entre a cidade e as águas.

Palavras-chave Águas. Sociometabolismo do capital. Política Urbano-Ambiental.

Abstract This article aims to discuss the problem of water in Salvador through the concepts of capital sociometabolism by István Mészáros and rentier economy by Leda Paulani and affirms the thesis that water commitment results from the combination of poverty, stratified access to sanitation services, predatory action of economic groups (that have urban land as object of accumulation) and the capture of municipal government by speculative interests. Despite the progress in the democratization of the *res publica* and universal access to services for collective consumption, the troubled waters in cities like Salvador result

from the subordinate way cities fall within the current process of productive flexibility and, additionally, from the peculiar form of capital's sociometabolic reproduction in contexts in which political forces traditionally located in the opposition field continue with development projects that deepen the socio-spatial segregation and environmental degradation. The main data sources used are secondary data from Pnad, Census 2010 and the primary data from 'Water's Path in Salvador'. The theoretical references are István Mészáros, Leda Paulani and Erminia Maricato, among other authors, who directly and indirectly contribute to the understanding of the complex relationship between the city and the waters.

Keywords Water. Capital's Sociometabolism. Urban-Environmental Policy.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo discutir a natureza da problemática das águas em Salvador, cidade que se insere de forma subordinada no atual processo de flexibilização produtiva, a partir dos conceitos de sociometabolismo do capital de István Mészáros e de economia rentista, de Leda Paulani. A recorrência a conceitos tão abrangentes para pensar uma realidade e território tão específico se justifica pelos seguintes motivos: (a) pela necessidade de retorno a macroteoria, resultado do reconhecimento de um certo esgotamento da capacidade explicativa das micro e mesoteorias; (b) pela necessidade de identificar os elementos estruturantes que conformam processos setorialmente ou territorialmente circunscritos; (c) pela necessidade de fundamentar uma reflexão crítica acerca dos processos econômicos, sociais e ambientais nas sociedades produtoras de mercadorias situadas na periferia do sistema capitalista, levando em conta a sua inserção nos contextos regionais e globais de reprodução sociometabólica do capital. Isso implica em enfrentar o desafio da construção de mediações capazes de transformar conceitos amplos e estruturantes em instrumentos heurísticos, de driblar o risco de adesão apressada às grandes narrativas (um tanto fora de moda), que podem ajudar a explicar processos e assimetrias globais mas que, nem sempre, dão conta, de forma satisfatória, da necessária mediação entre determinações de natureza global e local.

O conceito de sociometabolismo do capital nos situa no âmbito das teorias críticas que buscam qualificar a relação entre capital, trabalho, Estado e natureza no contexto de flexibilização produtiva (que subordina o trabalho, Estado e natureza à lógica do capital), de uma divisão internacional do trabalho, que recria a condição de centro e periferia (sendo Salvador e sua RMS situadas em uma condição subordinada às lógicas nacional e internacional de acumulação) e da constituição de uma economia urbana rentista, que adquire características predatórias em um contexto de captura do Estado por interesses especulativos. O conceito de sociometabolismo tem como seu substrato a noção de metabolismo, palavra de origem grega, *μεταβολισμός*, que se refere a processos de decomposição, síntese, crescimento,

reprodução e adequação ao ambiente e ao entorno. Estabelecendo um contraponto em relação às teorias que afirmaram o fim da história ou a vitória do capitalismo, Mézáros afirma o caráter histórico da atual formação social e a necessidade de compreendê-la a partir da radicalização da separação entre produção e necessidade, que se traduz no extraordinário aumento na capacidade de produção, no aprofundamento da financeirização da economia como também no uso predatório do trabalho e da natureza.

Para o referido autor, a constituição do trabalho imaterial (mercadoria que não se destrói no ato do consumo, fundado na informação e no conhecimento e que ocupa lugar estratégico no processo de produção do capitalismo tardio), não contém em si a possibilidade de superação da histórica contradição da relação entre capital e trabalho – ao contrário, trata-se de novas e mais complexas formas de realização do capital. Em sendo assim, o *trabalho* continua a se constituir em uma categoria fundante – do ser social, da sociedade, da cidade e das atuais formas de apropriação da natureza. O trabalho tem, assim, um caráter ontológico, genético, teleológico, modelar, *protoforma* da *práxis* social (MÉSZÁROS, 2002). Por outro lado, precarização do trabalho e o aprofundamento da sua condição de mercadoria ocorrem em um contexto de financeirização da economia e, como afirma Leda Paulani, de constituição de uma economia rentista (que nos reporta não apenas ao descolamento dos processos de acumulação da atividade produtiva mas ao fato de que a lógica da financeirização passa a se impor a todo o processo produtivo), que imprime um ritmo “curto-prazista” (a liquidez é o que importa) e, esse processo, adquire traços predatórios na periferia do sistema (Cf. PAULANI, 2010, p.129).

Esse contexto de crise, diferente dos anteriores, se caracteriza pelo fato de que não apenas aprofunda-se a conversão do trabalho e da terra em mercadorias mas também o conjunto dos bens ambientais até então qualificados como de acesso universal, a exemplo das águas. A crise ambiental, em suas várias escalas e dimensões, deve ser compreendida como resultado de dois processos que são simultâneos: o primeiro, de radicalização de conversão de bens naturais em recursos, em mercadorias, com um caráter cada vez mais especulativo. O segundo, reporta-nos à produção programada do desperdício ou, em outras palavras, à produção da obsolescência. Para Mézáros “a tendência à geração do desperdício não é um desvio em relação ao ‘espírito’ do capitalismo”. É da natureza do sistema, do processo de acumulação “minar as práticas produtivas orientadas-para-a-durabilidade” (MÉSZÁROS, 2002, p. 635-636). Não se trata aqui de reproduzir um acalorado discurso anticapitalista, mas de refletir sobre os fundamentos da crise ambiental a partir da lógica de produção de valor, da dissociação entre produção e necessidade, conceitos que nos remetem as complexas relações entre valor de uso e valor de troca e, particularmente, às consequenciais sociais e ambientais da constituição de uma economia rentista e da captura do Estado por interesses econômicos especulativos.

Mas afinal, como referir esse debate às relações entre Salvador e as águas? Em primeiro lugar, tentando operacionalizar o conceito de sociometabolismo do capital, de modo a explicitar a natureza da relação entre capital, trabalho, Estado e natureza em uma econômica rentista como a de Salvador e sua região e, em segundo lugar, fazendo um esforço no sentido de

romper com a convencional relação de exterioridade entre teoria e empiria. Discutiremos, neste trabalho, a tese de que a situação das águas em Salvador, do seu ambiente urbano, é resultado de uma forma particular de reprodução sociometabólica do capital que se materializa na conjugação entre pobreza, acesso estratificado aos serviços de saneamento e degradação ambiental, na constituição de uma economia rentista, que resulta na ação predatória de grupos econômicos que têm na terra urbana seu objeto de acumulação e na captura do poder público municipal por interesses especulativos e predatórios.

A relação entre pobreza, acesso estratificado aos serviços de saneamento e degradação ambiental remete-nos às formas particulares de acumulação da economia local e regional, quais sejam: a baixa geração de postos de trabalho (em função do perfil da industrialização regional), os baixos níveis de remuneração, a inserção precária no mercado de trabalho, as altas taxas de desemprego (o que impede parcela considerável da população de arcar com os custos dos serviços públicos), como também o acesso estratificado aos serviços de infraestrutura urbana, particularmente a rede de esgotamento sanitário e serviço de limpeza urbana (que se constituem em fator de comprometimento de qualidade das águas). Quando associados, esses elementos resultam em problemas de saúde pública (resultado do contato com as águas servidas), poluição das águas (fruto da não ligação do domicílio à rede de esgoto e do lançamento de águas servidas, sem tratamento, a céu aberto ou na rede de drenagem urbana) e, conseqüentemente, de risco, decorrente dos altos índices pluviométricos em uma cidade favelizada, de topografia acidentada, com conseqüentes problemas de desabamento de encostas e alagamento, do uso indistinto das redes de drenagem e de esgoto sanitário, da cobertura parcial da rede de drenagem pluvial, da impermeabilização do solo. Em síntese, o fato é que apesar dos investimentos públicos, particularmente em esgotamento sanitário, as águas se constituem em um *problema de saúde pública* – em virtude da estratificação na prestação dos serviços de abastecimento e da não universalização do tratamento de águas servidas, da convivência diária com os resíduos sólidos, da incidência de doenças de veiculação hídrica e do comprometimento da qualidade das águas.

Afinal, em que consiste a “peculiaridade” da reprodução sociometabólica do capital em uma cidade como Salvador? Não resta dúvida de que tanto a natureza rentista da reprodução do capital quanto a inserção precária no mercado de trabalho são dados estruturais do sistema, e que, nesse sentido, os processos de comprometimento da qualidade das águas do Tietê, em São Paulo, e do Camarajipe, em Salvador, têm características diferentes e, conseqüentemente, são distintos os desafios colocados para a superação do quadro de degradação urbano-ambiental nas referidas metrópoles. A análise da composição setorial da economia de Salvador e de sua região, dos padrões de renda, do acesso aos serviços de esgotamento sanitário, associados ao processo de flexibilização da legislação urbano-ambiental são indicadores de uma particular forma de produção e reprodução sociometabólica do capital em cidades situadas na periferia do sistema capitalista. Os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) revelam, por exemplo, o peso relativamente pequeno da atividade industrial e a dinâmica da construção civil e do mercado imobiliário na economia da cidade – e as respectivas conseqüências, do ponto de vista da qualidade do emprego gerado, como também do dano ambiental provocado, sobretudo quando se leva em conta a flexibilização

da regulação ambiental no município e a incapacidade de contraposição a essa lógica por parte dos grupos ambientalistas. O fato é que a histórica condição de “cidade terciária” coloca Salvador como um dos mercados imobiliários mais dinâmicos do país. Nesse caso particular, é preciso lembrar que, dentre as principais capitais, Salvador é a que apresenta, relativamente, uma das menores participações em termos de parque industrial. São esses elementos que conferem uma certa peculiaridade local no atual contexto de flexibilização produtiva.

É preciso lembrar, como o faz Mészáros, que estamos completamente imersos nos processos de produção e reprodução do capital, em suas versões mais primitivas ou mais modernizantes ou modernizadoras (MÉSZAROS, 2009). Complementarmente, como afirma Paulani (recorrendo a David Harvey), as atuais condições de produção e reprodução do capitalismo na periferia do sistema se assemelham, em vários aspectos, “a processos típicos da fase de acumulação primitiva de capital” (PAULANI, 2010, p. 131). Isso não significa que a precarização, especulação, violência, degradação, fraude e desregulação não estejam presentes em outras formas de reprodução social, mas que esses traços se exacerbam em contextos de crises e ganham cores especiais na periferia do sistema. Desse modo, esse texto enfrenta, exatamente, o desafio de compreender a problemática das águas em uma cidade como Salvador e no atual contexto de reprodução sociometabólica do capital – levando em conta, particularmente, o caráter rentista da sua economia, a natureza precária da inserção produtiva, o acesso estratificado aos serviços de infraestrutura urbana e a adequação da legislação urbano-ambiental aos referidos interesses – elementos que conferem um caráter duplamente periférico à realidade local.

As principais fontes de dados utilizadas são os dados secundários da PED, Pnad, Censo de 2010 e dados primários do trabalho *Caminho das Águas em Salvador*, que produziu indicadores sobre a qualidade dos rios de Salvador. As referências teóricas são István Mészáros, Leda Paulani e Ermínia Maricato, dentre outros, que, de forma direta e indireta, contribuem para a compreensão da complexa relação entre a cidade, ambiente e águas. Este trabalho se estrutura da seguinte forma: no item relativo a *Águas e padrão de desenvolvimento* discutimos como o sociometabolismo do capital se reproduz em uma cidade terciária e periférica como Salvador – como ele gera riqueza, pobreza, escassez e degradação das águas; no item *Águas e pobreza urbana* o texto apresenta dados relativos, estrutura produtiva e mercado de trabalho de Salvador e sua região, com o objetivo de explicitar como a referida relação entre capital e trabalho, materializada na forma de pobreza urbana, se converte em comprometimento da qualidade dos recursos hídricos. No item relativo a *Águas e acesso aos serviços de infraestrutura urbana*, o texto apresenta indicadores que revelam a extensão do acesso estratificado aos serviços de esgotamento sanitário e de limpeza urbana e como isso se reverte em comprometimento da qualidade das águas e, finalmente, no item relativo às *Águas e política pública* discutimos como o Estado institui um padrão de regulação das águas que beneficia, sobretudo, os segmentos da economia mais especulativos e predatórios. No conjunto, os referidos itens pretendem dar conta de como, em uma cidade com as características de Salvador, o sistema metabólico do capital se reproduz e ao fazê-lo compromete a qualidade do ambiente e das águas em Salvador.

ÁGUAS E PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

As cidades brasileiras estão, a cada dia, piores para se viver. Convivemos, cotidianamente, com a violência, com problemas de circulação e transporte, a estratificação de acesso aos serviços de consumo coletivo, o acirramento dos processos de periferização e mercantilização da terra urbana, além da degradação da qualidade do ambiente urbano, com especial ênfase no comprometimento da qualidade das águas. Apesar de alguns dos bons exemplos de experiência de gestão urbano-ambiental, na escala do município nas últimas décadas, dos reconhecidos avanços no processo de democratização da gestão da *res publica*, tem-se assistido, no atual contexto de globalização, flexibilização produtiva e consolidação democrática a plena hegemonia do sistema de sociometabólico capital, ou seja, da subordinação do trabalho e das formas de apropriação da natureza às funções vitais do capital (MÉSZÁROS, 2002).

O conceito de sociometabolismo do capital, que tem no trabalho seu elemento estruturante, reporta-nos à tese de que o capitalismo não esgota as possibilidades de realização do capital, constituindo-se tão somente, em uma das suas formas possíveis de realização. O referido conceito permite-nos pensar a crise ambiental nas sociedades produtoras de mercadorias a partir da reflexão sobre a produção programada do desperdício como também da radicalização dos processos de mercantilização dos recursos ambientais. Isso implica, nesse caso particular, em qualificar as diferentes formas de regulação do trabalho e de apropriação do ambiente em sociedades e cidades situadas no centro e na periferia do sistema capitalista - que apresentam particularidades nas formas de inserção produtiva e de regulação ambiental, especificamente nas situações de crise, de estreitamento das margens de viabilidade reprodutiva do capital (MÉSZÁROS, 2002).

O fato é que depois de décadas de urbanização e acumulação predatórias, da experiência neoliberal dos anos 1990 e de ter-se experimentado experiências de gestão forjadas no contexto de uma coalizão de forças liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), marcadas por políticas de transferência de renda, controle de inflação e ampliação de crédito, deparamo-nos com o agravamento dos históricos problemas das nossas cidades, do ponto de vista político-institucional, assistimos ao recuo na gestão da *res publica* em suas várias escalas e, especialmente, a precarização do trabalho e aumento da degradação ambiental. Isso tem se traduzido na flexibilização dos tradicionais instrumentos Comando & Controle (C&C) – gestados no contexto do Estado burocrático e desenvolvimentista, e na incorporação de Instrumentos Econômicos de gestão (IE). Nesse contexto, proliferam, por exemplo, as parcerias público-privadas (PPP), sem que fique claro, exatamente, onde começa e termina o interesse público e privado e quem deve assumir o risco nesses novos negócios. Ademais, como afirma Ermínia Maricato (2011), a política urbana vive hoje um impasse resultante da não resolução de questões estruturais, como a democratização do acesso à terra, o combate à periferização, a necessidade de geração de trabalho e renda e a degradação ambiental. A despeito de termos hoje uma presença mais forte do Estado, continuamos profundamente emaranhados nos ardis de uma economia urbana especulativa e predatória – do ponto de vista social e ambiental.

A dinamização da economia urbana, na última década, tem tido como um dos seus principais elementos a indústria da construção civil, o mercado imobiliário, cujo objeto de acumulação é a terra urbana, é a cidade. Esse fato reedita velhas contradições nas formas sociometabólicas do capital no espaço urbano, com especial destaque para as condições precárias nas quais tanto o trabalho como o ambiente urbano se reproduzem. Uma das maiores dificuldades enfrentadas nesse debate consiste na adequada caracterização da relação entre Estado e sociedade em uma arena política não mais polarizada em torno das tradicionais forças qualificadas como de *direita* e de *esquerda*. Com o processo de redemocratização, profundamente marcado pela experiência neoliberal e, posteriormente, com a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), o cenário político se modifica. A polarização da arena política se dilui e se conforma um amplo campo político ao centro, no qual projetos de sociedade, originalmente distintos, passam a se confundir. Nos dias atuais temos o desafio de entender o significado político e social da formação de um núcleo político, hegemônico, ao centro do cenário político nacional, com grande capacidade de polarização e formulação. É preciso discutir as consequências políticas da crescente moderação do discurso político de segmentos sociais e grupos políticos originalmente situados à esquerda no cenário político local, regional e nacional, originalmente com fortes cores socializantes e que, progressivamente, passam a apresentar tom marcadamente social-democrata, reeditando na atual configuração histórica, traços os mais característicos de uma política patrimonialista e clientelista. Esse processo de deslocamento em *direção ao centro* tem como um dos seus resultados a desmobilização e a captura dos movimentos sociais, que passam de forma progressiva por um processo de *institucionalização* e de incorporação de suas lideranças à máquina estatal.

A antiga situação de confronto cede lugar à negociação, a posturas mais docilizadas na relação com o Estado; e a verdade, é que, mesmo em tempos de crise, não se desafia a autoproclamada *legitimidade* da estrutura regulatória do capital (MÉSZÁROS, 2002). Um dos traços mais característicos desse processo é um certo retorno à *profissionalização* da política, à constituição de uma nova “elite”, causa e consequência da mudança da base social de partidos tradicionalmente comprometidos com a construção de padrões de desenvolvimento alternativos ao modelo hegemônico – o militante cede lugar ao profissional, ao *operador da política* (SINGER, 2009). Nesse contexto, a fronteira entre o público e o privado se esmaece, e lideranças políticas partidárias, originalmente comprometidas com interesses coletivos e difusos (do ambiente), pelos mais variados motivos (inclusive pelo modelo privado de financiamento de campanha), passam a defender a associação entre o público e privado, sob o argumento da necessidade de superar a falta de recurso e alavancar o “desenvolvimento”. Parodiando Maricato, poderíamos afirmar que a *luta contra o Estado*, progressivamente, nos últimos anos, cedeu lugar à *luta pelo controle do Estado*, sendo seus resultados nem sempre favoráveis à gestão da *res publica*. É nesse contexto que nos deparamos com a implementação de projetos de desenvolvimento que estimulam setores e segmentos econômicos que, historicamente, se constituíram nos agentes e beneficiários da acumulação urbana, como também com a adequação de paramentos urbanos e ambientais aos interesses do referidos entes privados (a exemplo da permissão para ocupação de áreas de preservação e o aumento de índices de ocupação em áreas de especial interesse ambiental) – iniciativas legitimadas por um discurso desenvolvimentista, agora em uma versão “popular” e “democratizante”.

Afinal, quais os limites e as possibilidades de mudança do padrão de urbanização das grandes cidades, da natureza da relação entre cidade e ambiente, diante da fragmentação dos seus espaços, da diluição da fronteira com o campo – resultado da constituição de cadeias produtivas globalizadas e da universalização de formas de produção do valor, de processos que redefinem as relações entre espaço e tempo em cidades-sociedades moldadas pela acumulação flexível (TELLES, 2005). Como afirma Maricato, devemos re-colocar em pauta algumas questões: é possível, no contexto de relações capitalistas, particularmente na periferia do sistema, fazer mudanças sociais e urbanas relevantes? (MARICATO, 2011). Não existem alternativas para além da hegemonia do mercado, que radicaliza os processos que transformam a cidade em objeto de acumulação? O que efetivamente resta é a administração do sistema?

Os dados da publicação *O Caminhos das Águas em Salvador* (2010) revelam a perversa relação entre águas, pobreza e degradação ambiental, e esse quadro se torna ainda mais dramático quando se constata que, a despeito dos vultosos investimentos em saneamento na cidade, a população situada nas menores faixas de renda continua a conviver com esgotos a céu aberto, seus rios continuam poluídos pelo lançamento de dejetos domésticos e a ação do poder público municipal tem consistido em reduzir as exigências de proteção ambiental e, com o aplauso dos moradores, canalizar ou tapar os rios – em esconder odores e sujeira embaixo do concreto. Adicionalmente, Salvador, nessa última década, convive com a contraditória situação de ser administrada por forças políticas democraticamente eleitas, de ter recriado estruturas voltadas para a gestão exclusiva das questões ambientais e, no entanto, conviver com a devastação do seu patrimônio ambiental, o que demonstra, mais uma vez, que não existe uma relação de determinação entre a forma de governo e a adoção de políticas voltadas para o chamado ou suposto *bem comum*. Hoje, como dantes, o município de Salvador continua a não dispor de uma política urbano-ambiental que faça frente aos danos causados pelo predatório processo de urbanização.

A compreensão desse complexo conjunto de relações esgarça e amplia a noção de *problemática das águas*, conceito que nos reporta à lógica da escassez, à radicalização dos processos que aprofundam o comprometimento da qualidade ambiental da cidade, que potencializa sua condição de *locus* da acumulação. A mudança de grupos políticos frente a gestão municipal e estadual com a incorporação de novos atores sociais na arena política não mudou o histórico processo de degradação ambiental que moldou o perfil urbano local e regional. Ao contrário, tem aprofundado a lógica da escassez, gestada sobretudo na segunda metade do século passado, agravando ainda mais a situação de crise ambiental de Salvador e sua região. Particularmente, no caso de Salvador, o que a torna peculiar é que as forças políticas à frente da gestão da cidade nas últimas duas gestões oscilam entre acordos partidários distintos, tendo incorporado no âmbito da gestão interesses econômicos os mais especulativos, rentistas, com destaque para as grandes empresas de construção civil e imobiliária – o que tem comprometido, sobremaneira, a constituição de políticas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população. Ao radicalizar os processos de mercantilização de bens e relações, Salvador aprofunda e amplia a separação entre sociedade e natureza e converte a abundância em escassez.

Desse modo, este trabalho reporta-nos propriamente às dimensões econômica, social, ambiental e política da relação entre Salvador e as águas — o que nos conduz à qualificação de como a sociedade local se reproduz e como reitera e recria relações predatórias entre sociedade e natureza. Nesse contexto, é preciso lembrar o fato de que a sociedade civil organizada, particularmente os grupos ambientalistas, não tem conseguido travar um debate ou mesmo se contrapor à produção institucionalizada da escassez. É preciso lembrar também que a problemática das águas em Salvador tem um significado propriamente ambiental que nos remete às condições econômicas e urbano-ambientais, mas também a um conjunto de práticas, símbolos culturais e religiosos, secularmente instituídos na cidade e sua região. As águas em Salvador são também *fundamento de um rico imaginário cultural e religioso* que tem nos elementos da natureza, nas águas, sua referência mais forte e significativa. Referimo-nos às práticas religiosas de origem africana, que fundamentam sua compreensão acerca da sociedade e natureza em princípios que se contrapõem ao que qualificamos como lógica da escassez e espetacularização, as relações entre águas, exclusão e pobreza urbana.

Afinal, convém reiterar, na Cidade da Bahia as águas não são apenas um *problema ambiental*, elas não apenas *saciam a sede, conduzem dejetos e doenças* ou se constituem em *vantagem comparativa*. As águas também *purificam o corpo e a alma, realizam afetos, querenças e desejos*. Deparamo-nos, então, com o contraditório fato de que a “modernização” de Salvador e sua região, através do acesso estratificado aos serviços de esgotamento sanitário, possibilitou o “saneamento” das suas águas e também ampliou o comprometimento da sua qualidade, sendo que as relações entre sociedade e natureza só são devidamente circunscritas quando referidas às suas relações de classes no atual contexto de desregulamentação, flexibilização do trabalho e do “fim” da natureza. Adicionalmente, é preciso lembrar que as águas, por diferentes caminhos e motivos sempre se constituíram em uma *promessa de desenvolvimento* para Salvador – durante todo o período colonial, quando através da Baía, aqui aportavam riquezas do além mar e do seu Recôncavo e, mais recentemente, quando nossos bens naturais, praias e cultura local passam a ser qualificados como substratos de projetos de desenvolvimento local. Em síntese, poderíamos afirmar que as relações entre águas e desenvolvimento em Salvador se constituem em uma relação de conflito, em uma forma particular de materialização sociometabólica do capital, reproduzindo, riqueza, pobreza como também a escassez, com consequências socioambientais, como também simbólicas.

ÁGUAS, ECONOMIA E POBREZA URBANA

A compreensão do significado que as águas adquirem na vida da cidade do Salvador requer a caracterização das formas particulares de concretização do sociometabolismo do capital – particularmente de uma divisão inter-regional do trabalho que consolida desigualdades socioespaciais significativas, e reserva ao Sul e Sudeste uma posição de liderança no processo de acumulação e às demais regiões, a exemplo de Salvador e sua região metropolitana, posição considerada como secundária ou mesmo subordinada. Apesar do dinamismo da economia nacional e da tentativa de diversificação da matriz econômica estadual, o fato é que a reestruturação produtiva que ocorre dos anos 1990 até os dias atuais, que se traduz

no abandono de políticas nacionais e regionais de desenvolvimento, na desindustrialização, perda e precarização do trabalho e ampliação do desemprego, atinge de forma diferenciada os seus distintos e variados territórios e mantém inalterado o *locus* de Salvador e sua RMS no cenário da economia nacional (CARVALHO, 2011).

Salvador se insere nesse novo cenário incorporando um conjunto de atividades comerciais e de serviços modernos, de alta tecnologia e produtividade sem alterar o peso do chamado “gigante invisível”, ou seja, de um conjunto de atividades econômicas, pouco produtivas e de baixa qualificação e remuneração que são incapazes de propiciar uma inserção mais qualificada de parcela considerável da população no mercado de trabalho. Ademais, nesse contexto de adequação da matriz econômica regional aos mais recentes processos de transformação global, uma das atividades mais dinâmicas em Salvador e sua região é exatamente a atividade da construção civil e imobiliária, segmentos econômicos que incorporam o que Paulani qualifica como economia rentista. É nesse contexto que situamos o quadro de precariedade das condições de reprodução do trabalho e das consequências desse quadro de pobreza em relação às formas de acesso aos serviços de infraestrutura urbana, que resultam no comprometimento da qualidade das águas dos rios (PAULANI, 2010).

Como reiteradamente afirma a literatura, tradicionalmente, Salvador é considerada uma cidade terciária, com uma economia centrada principalmente no comércio e serviços, sendo a atividade industrial, localizada no entorno metropolitano, complementar à economia do Centro-Sul, intensiva em capital e poupadora de mão de obra. À decadência de produtos tradicionais como fumo, sisal, cana-de-açúcar e cacau seguiu-se a emergência de novos polos agrícolas; a crise na indústria de bens finais conduziu à atração de indústria produtora de bens intermediários. (CARVALHO JUNIOR, SILVA, PESSOTI, 2011). Nesse novo contexto, destaca-se a dinâmica da construção civil que reafirma sua condição de vetor de crescimento da econômica estadual, com especial destaque na economia de Salvador e sua região metropolitana. A atração de novas empresas e a tentativa de diversificar a matriz econômica não tem modificado estruturalmente o conjunto da economia do Estado. “Em que pese o recente movimento de atração de algumas indústrias de bens finais, a economia baiana é caracterizada por ser produtora de bens intermediários para o Sudeste do país e de *commodities* de exportação” (CARVALHO JUNIOR, SILVA, PESSOTI, 2011, p. 233). Nesse contexto, a capital do Estado continua a sobreviver dos efeitos indiretos da economia estadual e regional, do aquecimento da indústria da construção civil e do mercado imobiliário, particularmente da ampliação e diversificação do seu comércio e serviço. Depois da tentativa não muito bem sucedida de transformação de Salvador em um polo turístico, permanece como promessa, ainda não cumprida, a implementação na cidade de um “terciário superior”, de indústrias criativas (que envolve a produção em arte, arquitetura, design, cultura, cinema, música, vídeo, moda, publicidade etc.) na terra da criatividade e da diversidade. Os efeitos do crescimento econômico nacional e regional, a política de apoio à pequena e média empresa e mesmo o crescimento do emprego e sua formalização na última década, não modificam, estruturalmente, o mercado de trabalho regional e local – a exemplo do que acontece no conjunto do país (CARVALHO, 2011).

Como revelam os dados da PED de 2011, relativos à capacidade de geração de emprego pelos vários segmentos econômicos por região metropolitana, à exceção do Distrito Federal, Salvador e sua RM que apresentam o menor percentual de geração de emprego no setor industrial e a maior participação em relação à construção civil e serviços domésticos. (Tabela 01)

Tabela 1 – Estimativa do Número de Ocupados segundo Região Metropolitana e Distrito Federal – 2011

Região Metropolitana/ Distrito Federal	Indústria		Comércio		Serviço		Construção Civil		Serviços Domésticos		Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Distrito Federal	47	3,8	197	16,0	816	66,4	-	-	-	-	169	13,8
Belo Horizonte	319	14,0	342	15,1	1269	56,0	179	8,0	-	-	156	6,9
Porto Alegre	331	17,4	311	16,4	1036	54,4	121	6,3	105	5,5	-	-
São Paulo	1729	18,0	1518	15,8	5054	52,6	586	6,1	673	7,0	48	0,5
Recife	147	9,1	306	18,9	887	55,0	107	6,6	-	-	168	10,4
Salvador	141	8,9	262	16,7	901	57,5	133	8,5	131	8,4	-	-

Fonte: Convênio Dieese/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: Dieese, 2011

Na última década, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) apresenta um aumento na participação da atividade industrial na geração de empregos, cresce o número de empregos formais e aumenta o nível de remuneração do trabalho; entretanto, apesar do aumento registrado da ocupação na indústria (de 8,3% em 1997, para 8,2% em 2002, 9,0% em 2006 e 8,9% em 2011) Salvador e região continuam com a menor participação em geração de empregos industriais dentre as regiões metropolitanas do país, mesmo levando em conta a redução da ocupação industrial nas regiões metropolitanas de São Paulo (de 21,0% em 1997/98 para 18,0% em 2011), Porto Alegre (19,8% em 1997/98 para 17,4% em 2011) e Belo Horizonte (de 16,1% em 1997/98 para 14,0%) (CARVALHO, 2011, PED, 2011).

Ainda segundo dados da PED, no ano de 2011 o “aumento no nível de ocupação foi mais expressivo na construção civil (19 mil ou 16,7%), nos serviços domésticos (17 mil ou 14,9%), na indústria (13 mil ou 10,2%) e no comércio (4 mil ocupações ou 1,6%).” (PED, 2011). Além disso, registramos um relativo aumento na participação dos trabalhadores assalariados e assalariados com carteira assinada em Salvador e região na última década (o que acompanha a tendência nacional) e uma expressiva contribuição do setor da construção civil na geração desses postos de trabalho. Ademais, RMS melhora a sua posição em relação ao percentual de trabalhadores autônomos e do trabalho doméstico, contrariando a tendência nacional de aumento do número absoluto de trabalhadores na informalidade. Em 2011, a RMS apresentava um lento aumento da renda média nos últimos anos, ocupando a posição de segunda menor renda média (R\$ 1.100,00) dentre as regiões metropolitanas pesquisadas, sendo seu desempenho melhor quando comparado com Recife. É preciso lembrar que Salvador, juntamente com as demais regiões metropolitanas (com exceção de

Belo Horizonte), não alcança, no referido ano, o patamar do rendimento médio registrado no final dos anos 1990, o que indica a situação desfavorável do trabalho no contexto de reprodução sociometabólica do capital no atual contexto de globalização periférica. Além disso, os avanços em termos de geração de postos de trabalho, formalização do emprego e aumento médio da renda são por demais tímidos diante do histórico quadro de precariedade e desproteção do trabalho em Salvador e sua RM.

Como constata estudo realizado pela PED, a rotatividade no mercado de trabalho é um dos traços mais marcantes do mercado de trabalho brasileiro em tempos de flexibilização produtiva e atinge praticamente todos os setores econômicos. “Segundo comparação internacional realizada pelo Dieese, o Brasil apresenta o mais baixo tempo médio de permanência no trabalho entre 25 países. A situação do país só é melhor que a dos Estados Unidos” (Dieese, 2011, p. 6). A elevada rotatividade compromete o aumento do rendimento que, em tese, estaria sendo propiciado pelo crescimento da formalização da relação de trabalho em alguns segmentos da economia – que termina por ser “funcional” ao processo de acumulação. Um dos setores onde a rotatividade é mais marcante é o da construção civil, que tem tido um papel fundamental na dinamização do crescimento econômico de Salvador e sua região. Persiste ainda na RMS a histórica tendência de manutenção da alta taxa de desemprego, que continua sendo a maior dentre todas as regiões metropolitanas estudadas - enquanto em 1998 a taxa de desemprego aberto era de 14,2%, em 2010 a taxa era de 11,0%, atingindo, sobretudo, mulheres, negros e jovens.

Segundo Inaiá Carvalho, é preciso lembrar que nas últimas décadas foram eliminados postos de trabalho sobretudo nas regiões metropolitanas, estando as maiores perdas nas RM do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e que, comparativamente, Salvador perde menos exatamente por ter menos a perder. É preciso lembrar que na década de 1990, Salvador e sua região foram duramente atingidas pela reestruturação das atividades de transformação, o que resultou em perda de postos de trabalho, precarização das ocupações e diminuição do rendimento. A atração de um parque automobilístico e de empresas do ramo não reverte o quadro de “desindustrialização” da ocupação, verificada nas últimas décadas, ou seja, a recente retomada do crescimento não modifica o quadro de desindustrialização, o padrão da remuneração e as condições regionais de reprodução da força trabalho (CARVALHO, 2011, p. 403).

Ainda segundo dados da PED, na RMS, em 2011, a “taxa média de desemprego total diminuiu pelo oitavo ano consecutivo, passando de 16,6% em 2010 para 15,3% em 2011, menor patamar da série histórica anual, iniciada em 1997.” No referido período, “houve redução da taxa de desemprego aberto (de 11,0% para 10,4%) e oculto (de 5,6% para 4,9%), com decréscimo nas duas componentes dessa última: a taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário passou de 3,8% para 3,4%, e a de desemprego oculto pelo desalento de 1,8% para 1,5%” (PED, 2011). O fato é que as transformações ocorridas na última década no mercado de trabalho, resultado da retomada de crescimento, têm estimulado a criação de trabalho assalariado e com carteira assinada, com repercussão em regiões como a de Salvador, mas não chegam a mudar de forma mais expressiva a estrutura econômica e o mercado de trabalho regional. Como afirma Inaiá de Carvalho, apesar da inflexão nos movimentos de precarização do trabalho, a partir de 2004 “as

mudanças foram insuficientes para anular o conjunto de perdas dos anos anteriores e menos ainda para enfrentar os históricos problemas ocupacionais da sociedade brasileira, acentuados nas regiões metropolitanas” (CARVALHO, 2011). É preciso lembrar que as conjunturais retomadas de crescimento da economia juntamente com os pequenos avanços em termos de geração de postos de trabalho, também na RMS, não ocultam o movimento de precarização do trabalho que atinge todos os segmentos da economia regional e nacional.

Como afirma Graça Druck (2011), em Salvador e região metropolitana a ampliação e aprofundamento da terceirização do trabalho têm consequências mais graves em função da já precária inserção de parcela considerável dos trabalhadores (DRUCK, 2011). Em síntese, apesar de variações conjunturais, Salvador e sua região adentram o novo século sem nenhuma mudança no padrão de desenvolvimento instituído ao longo das últimas décadas, com o agravante de continuar a ostentar uma das estruturas de renda mais concentradas do país. Salvador é uma cidade pobre, e é esse quadro de pobreza que nos ajuda a compreender como se constituem na Cidade da Bahia a complexa relação entre águas e pobreza. Desse modo, o que atualmente se qualifica como “desenvolvimento” nada mais é do que a reprodução, na escala da periferia, das relações assimétricas entre capital e trabalho – um dos requisitos necessários à acumulação sociometabólica do capital (MÉSÁROS, 2002). É nesse contexto que são gestadas “dificuldades”, “limitações” de acesso à terra urbana e aos serviços de consumo coletivo no capitalismo periférico. Trata-se, então, de colocar de forma clara a necessidade de criação de modelos alternativos de desenvolvimento capazes de efetivamente inserir e incorporar o contingente populacional que fica à margem ou se insere de forma precária na economia local e regional.

ÁGUAS E ACESSO AOS SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA URBANA

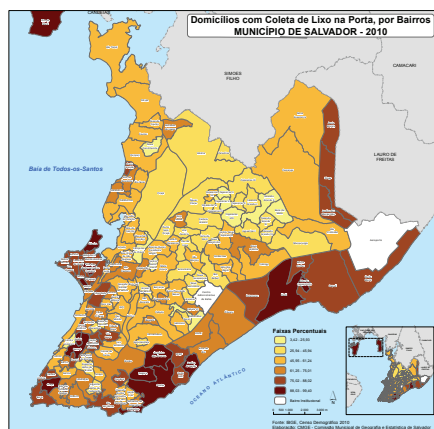
Diante da caracterização da economia regional, trata-se então de discutir alguns indicadores relativos às condições de reprodução da força de trabalho, em especial aqueles relativos ao acesso estratificado aos serviços de esgotamento sanitário e de limpeza urbana, com o objetivo de explicitar como a dimensão da reprodução sociometabólica do capital resulta no comprometimento da qualidade das águas em Salvador. Dados comparativos da Pnad de 2009 indicam que 97,27% dos domicílios particulares permanentes de Salvador e sua região têm acesso ao serviço de abastecimento de água, dispondo de canalização interna (o que se aproxima, por exemplo, da realidade da RM de São Paulo com 97,92%), enquanto que 80,66% dos seus domicílios particulares permanentes estão ligados à rede de esgotamento sanitário (número muito superior ao de Recife que apresenta um percentual de 39,41%) e inferior ao de São Paulo (com 85,57%). Os números mais recentes do Censo de 2010 são ainda mais favoráveis em termos de universalização dos referidos serviços. Segundo o Censo, 98,88% da população de Salvador tem acesso à rede de abastecimento de água e 93,11% à rede de esgotamento adequado.

Esses dados parecem nos aproximar da tão sonhada universalização dos referidos serviços e se contrapor à constatação da publicação *O Caminho das Águas em Salvador* (2010),

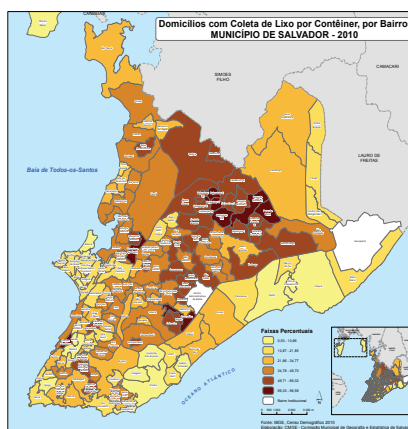
que afirma que o comprometimento da qualidade das águas doces e salgadas resulta do lançamento de esgoto sanitário doméstico nos rios. Afinal, o que explica esse aparente paradoxo? Em primeiro lugar, o fato de que o acesso à rede não significa o acesso ao serviço, já que a expansão das referidas redes não elimina a estratificação na prestação dos serviços; em segundo lugar, o dado relativo a acesso ao serviço de esgotamento sanitário não revela, de fato, qual o percentual dos domicílios que têm acesso à rede de esgotamento sanitário, pelos simples fato do recenseador, ou mesmo o informante, não diferenciar se o imóvel está ligado a uma rede de esgotamento sanitário ou de drenagem urbana, ou seja, se o esgoto gerado está sendo conduzido para uma estação de tratamento ou lançado em um córrego, rio, ou adiante, a céu aberto. De qualquer modo, levando em conta esses mesmos dados, a análise da realidade intraurbana de Salvador revela o diferenciado acesso aos serviços de esgotamento sanitário, ou seja, os bairros com maiores percentuais de domicílios particulares permanentes, com acesso aos serviços de esgotamento sanitário, são os situados nas maiores faixas de renda ou já de urbanização já consolidada, enquanto que, no outro extremo, estão os bairros e domicílios ocupados pela população situada nas menores faixas de renda e de urbanização relativamente recente, bairros onde, certamente, a confusão entre o que é rede de esgoto e de drenagem é frequente, ou seja, onde a probabilidade de conexão das águas servidas à rede geral de esgoto é maior.¹

Esses dados tornam mais elucidativos os termos da relação entre águas, pobreza e acesso aos serviços de consumo coletivo quando se constata a correlação entre precariedade do acesso à rede de esgotamento sanitário e o acesso aos serviços de coleta de lixo. Segundo o Censo 2010, 96,85% dos domicílios particulares permanentes têm acesso ao serviço de coleta. Entretanto, quando desagregamos esses dados, constatamos que 61,23% têm o lixo coletado pelo serviço de limpeza na porta e 35,42% despejam o lixo em contêiner. (Figura 1e 2)

Figura 1 e 2 – Coleta pelo Serviço de Limpeza na Porta (1) e Lixo Despejado em Contêiner (2)



(1)



(2)

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

Elaboração: CMGE - Comissão Municipal de Geografia e Estatística de Salvador

Quando analisamos o acesso a esse serviço por bairro e padrão de renda, o quadro anteriormente descrito em relação ao acesso à rede se reproduz. Em sua maioria, são os bairros de urbanização mais antiga, consolidados e ocupados pela população situadas nas faixas de renda intermediária e alta que têm acesso a coleta regular de lixo na porta, sendo os bairros ocupados pela população situada nas menores faixas de renda e localizada na “periferia” os mais prejudicados – o que revela a dimensão da estratificação socioespacial do acesso aos referidos serviços.

Como resultado desse processo de contaminação das águas por lançamentos de dejetos domésticos, o quadro de comprometimento da qualidade das águas é o seguinte: Rio dos Seixos, ou Barra / Centenário: ruim; Camarajipe: ruim; Lucaia: ruim; Pedras / Pituaçu: ruim; Paraguari: ruim; Jaguaribe: ruim. Os rios Passa Vaca, Cobre e Ipitanga apresentam uma qualidade considerada como regular. Os rios das Ilhas dos Frades e de Maré são os únicos que apresentam uma boa qualidade das suas águas (SANTOS, 2010). Essa situação compromete ainda o lençol freático, conforme atestam os dados, segundo os quais, as águas das fontes de Salvador, em sua grande maioria, não estão em conformidade com os padrões estabelecidos pelo Conama. As pessoas tomam banho, lavam roupa e bebem água contaminada por nitrato e de coliformes termotolerantes. Além disso, as fontes dos terreiros, situadas sobretudo em terras particulares, de uso quase exclusivo para os rituais religiosos, apresentam, de igual modo, elevados teores em N. Nitrato, maiores, inclusive, do que as fontes públicas distribuídas pela cidade. É preciso lembrar que o nitrato está associado a alguns efeitos negativos sobre a saúde, sendo dois deles a indução à metemoglobinemia e à formação potencial de nitrosaminas e nitrosamidas carcinogênicas (por exemplo, de estômago e bexiga), e as principais fontes de contaminação de água, nesse caso, são os resíduos domésticos (SANTOS, 2010).

O fato é que a não universalização do acesso aos serviços de esgotamento sanitário, associada à precariedade da inserção no mercado de trabalho, como descrito anteriormente, leva a um conjunto considerável da população a não poder arcar com os custos de alimentação, saúde, educação, transporte e moradia – inclusive com o custo da água, energia e, particularmente, do esgoto. São frequentes as declarações da população situada nas menores faixas de renda que atestam a dificuldade de fazer frente ao conjunto dessas obrigações financeiras (SANTOS, 2010). É isso que explica o fato dos moradores se recusarem a conectar o seu imóvel à rede de esgoto sanitário que passa na sua porta. É quase um truísmo a afirmação de que as águas estão associadas à noção de risco e que a qualidade de vida em Salvador depende da gestão ambientalmente correta das águas. Mais uma vez reportamo-nos ao fato de que o acesso diferenciado aos serviços de consumo coletivo se reverte em escassez das águas – construindo assim uma relação circular entre condições de reprodução da força de trabalho e degradação ambiental (MÉSZÁROS, 2002).

ÁGUAS E POLÍTICA PÚBLICA

A regulação dos recursos ambientais e, conseqüentemente, das águas, em Salvador, tem como uma das suas mais fortes características a flexibilização da legislação urbano-ambiental com o objetivo de beneficiar os segmentos econômicos mais dinâmicos, ou seja, a construção civil e o capital imobiliário (como atestam os dados anteriormente citados). Essa constatação se fundamenta em uma compreensão do Estado como centro da regulação dos processos de produção e reprodução social, como *locus* de realização dos interesses de classe, como “pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital, em seu microcosmo e nas suas interações das unidades particulares de produção entre si, afetando intensamente tudo, desde os intercâmbios locais mais imediatos até os de nível mais mediano e abrangente” (MÉSZÁROS, 2009, p.109).

Salvador não dispõe, até os dias de hoje, de estruturas político-administrativas efetivamente voltadas para o equacionamento dos graves problemas de comprometimento de qualidade do ambiente urbano e das suas águas. O que explica essa ausência, depois de décadas de institucionalização de sistemas e políticas ambientais e das águas, em várias escalas de poder, inclusive no municipal? Por que, afinal, o sistema jurídico e modelo de gestão instituído no país, em suas várias escalas, não equaciona a problemática ambiental e das águas? A iniciativa de implementação de uma estrutura político-administrativa de gestão ambiental no município data de 1986 com a criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil (Semade). Essa Secretaria foi extinta em 1997 no governo do prefeito Antônio Imbassahy, vinculado ao Partido da Frente Liberal (PFL), sendo a mesma incorporada, na condição de coordenação pela Secretaria de Planejamento Municipal (Seplam). Prevaleceu, então, a compreensão de que as questões ambientais poderiam, de forma satisfatória, ser equacionadas no âmbito da tradicional estrutura de planejamento urbano. Após a institucionalização da Lei das Águas (Lei n. 9.433/97), o governo do Estado da Bahia tentou estruturar um modelo de gestão alternativo ao instituído pela política nacional. Propunha-se a criação de consórcios municipais em contraposição à criação de comitês de bacias sob o argumento de que, diante da baixa capacidade organizativa, das nossas “peculiaridades regionais”, precisaríamos de um modelo de gestão mais próximo da realidade local. Até então, a Bahia resistia bravamente às iniciativas de descentralização da gestão instituídas pela referida lei, ainda que nos limites do modelo neoliberal.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), instituído em 2004, no fim do governo do então PFL, evocava os princípios da “sustentabilidade ambiental”, da “participação democrática” e da “transversalidade da política ambiental”. Estabelecia, ainda, instrumentos de proteção ambiental e cultural, à exemplo do Sistema de Áreas de Valor Ambiental e Cultural (Savam). Em 2005, com a eleição de um candidato de oposição, apoiado por uma frente anti-carlista para o governo municipal, entidades da sociedade civil, com destaque para os grupos ambientalistas, pressionaram e, apesar de

não conseguirem que a Secretaria de Meio Ambiente fosse recriada, conseguiram que fosse criada uma Superintendência Municipal de Meio Ambiente (SMA), vinculada à Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplam). Os esforços empreendidos à época para retomarem a atividade de planejamento ambiental resultaram na criação de uma arquitetura institucional que envolveu a realização das I e II Conferências Municipais de Meio Ambiente, ocorridas em 2005 e 2007, como também a instalação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam).

É preciso reconhecer que ações de caráter mais participativo e mais atento aos reclames da sociedade, particularmente, de grupos ambientalistas, deveram-se a correlação de forças no âmbito da Prefeitura de forças políticas situados mais à esquerda, com o apoio de partidos como o PT e PC do B que em 2008 se afastaram da referida coalizão política. Em 2008, a prefeitura instituiu uma nova versão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, com a promulgação da Lei 7.400/2008 que, em tese, deveria rever o Plano instituído em 2004, atendendo assim às reclamações de organizações da sociedade civil e de instituições de ensino e pesquisa, particularmente aquelas relativas à ausência de participação no processo de elaboração do Plano e do não tratamento adequado às questões ambientais da cidade. A nova versão do Plano aprovada continua reafirmando os princípios e declarações de boa intenção de preservação ambiental no município; entretanto, torna-se ainda mais permissiva em relação ao uso e ocupação do solo, particularmente no que diz respeito à ocupação de áreas dotadas de valor ambiental para o município – a exemplo da Av. Paralela e da Orla.

Em linhas gerais, as deliberações aprovadas nas referidas Conferências Municipais de Meio Ambiente e os capítulos das duas versões do PDDU, pretenderam, segundo seus próprios termos, inserir a agenda ambiental no campo das políticas urbanas municipais, articulando as dimensões ambiental, cultural, econômica, política e social. Em certa medida, a análise dos processos de construção das referidas versões dos Planos revela uma presença maior de debates na construção da sua segunda versão, tendo sido incorporadas contribuições (ainda que restritas) da sociedade civil organizada e de instituições de ensino e pesquisa em muitos dos seus capítulos. Muitas são as diretrizes relativas à gestão dos recursos hídricos, saneamento ambiental, conservação de parques, instituição de áreas de reservas, santuários ecológicos e áreas de valor urbano-ambiental no PDDU de 2008 – segundo seus próprios termos a pretensão é de fundamentar as ações do poder público municipal na área ambiental e articulá-las com a política habitacional e de regulação do uso e ocupação do solo urbano.

No entanto, a concepção de sustentabilidade expressa nas referidas deliberações, protagonizada pelos movimentos social e ambientalista, por instituições de ensino e pesquisa, por populações tradicionais e grupos étnicos-religiosos não encontrou ressonância nas ações realizadas pelo poder público municipal. Apesar das declarações de boas intenções, o poder público municipal tem subordinado a agenda ambiental a um projeto de desenvolvimento cujos interesses econômicos se contrapõem, frontalmente, com a noção de sustentabilidade incorporada no próprio documento. A criação de uma

estrutura voltada para a gestão ambiental, além da institucionalização e implementação de instrumentos de gestão não têm, efetivamente, influenciado na mudança da ação do poder público municipal no que diz respeito à gestão dos recursos ambientais e das águas. A cidade hoje convive com o acirramento de conflitos resultantes das alterações de parâmetros urbanísticos, do uso predatório e falta manejo de áreas protegidas; dos impactos ambientais decorrentes do adensamento construtivo em áreas naturais, de proteção ambiental e hidrológico; da elevação de gabarito em áreas protegidas de valor cultural e ambiental; dos impactos ambientais provocados pela intensificação do tráfego e o adensamento populacional em áreas ambientalmente frágeis. O PDDU e a legislação a ele associada consolida um padrão de regulação que tem como marca a “subordinação institucionalizada” da política ambiental à expansão de setores da economia cujo *locus* de acumulação é a terra urbana e a renda imobiliária, como atestam os dados relativos ao processo produtivo de Salvador e sua região metropolitana.

Até os dias atuais, a cidade não dispõe de um Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano efetivamente em funcionamento, e o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Comam), em tese, a principal instância de formulação da política ambiental no Município, não realiza as funções para as quais foi criado. Como afirmam alguns dos seus membros, vinculados a sociedade civil, em especial as instituições de ensino e de pesquisa, esse fórum encontra-se esvaziado e capturado por interesses dos referidos grupos econômicos. Os embates em torno da “sustentabilidade ambiental” relacionam-se basicamente com a concessão das licenças ambientais, principal atividade do Conselho, de empreendimentos imobiliários, cujos interesses estão devidamente representados na máquina pública (SILVA, 2011). Em síntese, a recriação de uma estrutura institucional para tratar da política e gestão ambiental no Município não significou a defesa de interesses coletivos e difusos no âmbito das políticas públicas locais. Ademais, persiste a fragmentação política e administrativa da gestão urbano-ambiental no interior da máquina governamental e os privilegiados modos de apropriação dos recursos naturais e ambientais da Cidade e de sua região – questão central no debate público sobre o meio ambiente, águas e cidade.

O governo do Estado, que compartilha com o município a responsabilidade da gestão das águas, sob uma nova orientação política desde 2006, aderiu de forma acrítica à política nacional de gestão das águas, particularmente no que diz respeito à implementação de instrumentos econômicos e de instrumentalização da participação, e pouco tem feito no sentido de transformar a realidade de degradação das águas na cidade. Apesar dos avanços na ampliação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, não existe por parte dessa instância de governo nenhuma ação, na escala do Comitê de Bacia do Recôncavo Norte, no qual Salvador encontra-se inserido, que tenha repercussão na qualidade das águas em Salvador. Em síntese, respondendo ao questionamento de por que o sistema jurídico e modelo de gestão instituído no país, em suas várias escalas, não equaciona a problemática ambiental e das águas, poderíamos afirmar que as funções de regulação, tanto do trabalho como do uso dos recursos ambientais no contexto de reprodução sociometabólica do capital em cidades periféricas, se adéquam aos interesses

econômicos dos grupos hegemônicos – no caso particular de Salvador, da indústria da construção civil e do capital imobiliário. A análise do padrão de regulação dos recursos ambientais e das águas em Salvador fecha, assim, o círculo analítico das dimensões estruturantes dos processos de produção e reprodução sociometabólica do capital em uma cidade periférica como Salvador.

A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Em síntese, poderíamos afirmar que a *problemática das águas* em Salvador reporta-nos à crise ambiental, aqui qualificada como uma forma particular de manifestação de uma crise global e estrutural, ou seja, a crise das sociedades produtoras de mercadorias, que ganha contornos especiais na periferia do sistema capitalista. Crise que tem uma dimensão global, que pode ser atestada pelo crescente aumento da demanda de água potável e pelo caráter crescentemente limitado desse recurso (contradição que lhe tem conferido valor econômico estratégico) e também local, uma vez que o padrão de reprodução sociometabólica do capital em curso aprofunda, ao invés de combater, a situação de degradação das águas em Salvador.

O Caminho das Águas em Salvador (2010) sugere que a melhoria da qualidade das águas em Salvador depende da universalização do acesso aos serviços de saneamento ambiental (que engloba esgotamento sanitário, distribuição de água, drenagem e limpeza urbana) o que implica implementar projetos de desenvolvimento capazes de equacionar os graves problemas decorrentes do pobreza apontados pelos dados pela PED, Pnad e pelo Censo de 2010, como também instituir padrões de regulação das águas e de acesso à terra urbana capazes de se contrapor ao caráter rentista da economia local. A cidade precisa distinguir, de forma clara, e usar de forma diferenciada o que é rede de esgoto sanitário da rede de drenagem urbana. Ademais, Salvador precisa de mecanismos de regulação capazes de combater os danos ambientais resultantes da ação especulativa e predatória de setores da economia considerados como mais dinâmicos, particularmente da construção civil e do mercado imobiliário, que contribuem para a degradação do ambiente urbano e das águas. Tais considerações colocam em primeiro plano a dimensão política da problemática ambiental e das águas.

A legislação urbanística em vigor, que afirma princípios genéricos de sustentabilidade e simultaneamente incorpora interesses particulares e privados, tem permitido a destruição do que restou dos recursos ambientais na cidade. A “flexibilização” da regulação do uso do solo, o adensamento da malha urbana de Salvador, têm reforçado o modelo segregacionista e promovido uma verticalização sem levar em conta a disponibilização da infraestrutura urbana e a necessidade de preservação, comprometendo o que restou do patrimônio ambiental, agravando os problemas estruturais da cidade e de sua região metropolitana.

O fato é que a relação entre sociedade, economia e ambiente em Salvador, neste começo de século, mostra-se eivada de conflito: pela complexa associação entre pobreza urbana,

estratificação de acesso aos serviços de consumo coletivo e pelo caráter predatório dos projetos de desenvolvimento em curso. Apesar dos esforços no sentido de universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, muito ainda precisa ser feito no sentido de avançar na construção de um sistema de regulação das águas efetivamente capaz de equacionar os problemas de comprometimento ambiental, de caráter local e regional, que atingem de forma tão marcante a capital do Estado. Desse modo, a atual situação de crise coloca uma série de desafios de natureza política em termos de construção de relações menos predatórias entre sociedade e natureza, entre a cidade do Salvador e as águas. Como afirma Mészáros, é preciso explicitar a dimensão política das atuais condições de produção e reprodução sociometabólica do capital na periferia do sistema e no seu conjunto, e esse é um desafio teórico como também prático.

NOTAS

- 1 Os bairros que apresentam os maiores índices de acesso aos serviços de esgotamento sanitário são: Amaralina (100,00%), Itaigara (99,97%), Roma (99,91%), Caminho de Areia (99,90), Resgate (99,87%) Boa Viagem (99,84%), Rio Vermelho (99,81%), Saúde (99,81%), Vitória (99,79%), Barra (99,77%), Ribeira (99,77%), Engenho Velho da Federação (99,74%), Barris (99,58%), Acupe (99,57%), Imbuí (99,55%) e Caminho das Árvores (99,55%), Mares (99,54%), Pituba (99,47%) e Stiep (99,45%). Os menores índices de acesso são: As ilhas pertencentes ao município (Frades – com 3,20%, Maré – 9,61% e Bom Jesus dos Passos com 34,67%) são os bairros de Areia Branca (13,62%), Nova Esperança (37,39%), Retiro (40,22%), Valéria (46,93%), Palestina (47,80%), Cassange (47,94%), Cajazeiras XI (61,99%), Nova Constituinte (62,05%), Canabrava (68,90%), Dom Avelar (69,39%), Sete de Abril (71,04%), Vila Canária (71,57%), Águas Claras (73,91%), Trobogy (76,92%), Cajazeiras VIII (78,12%), Itinga (78,92%) Nova Brasília (79,05%), Areia Branca (28,70%), Nova Esperança (18,21%) e nas ilhas - Ilha de Maré (26,79%) e dos Frades (21,46%) (Censo Demográfico IBGE, 2010).

REFERÊNCIAS

DIEESE, Salários na Construção Civil nos anos 2000: Entre a Formalização e a Rotatividade. In: **Boletim Trabalho e Construção**, n.6. Dezembro de 2011. Disponível em <http://www.dieese.org.br/ped/boletimTrabalhoConstrucao6.pdf> Acessado em 12/02/2011.

CASTRO, Esteban, La Privatización de los Servicios de Agua y Saneamiento em América Latina. **Nueva Sociedad** no 207, enero-febrero de 2007, ISSN: 0251-3552, www.nuso.org.

CASTRO, Esteban, Water Struggles, Citizenship and Governance in Latin America. *Development*, 2008, 51, (72-76) 2008 **Society for International Development** 1011-6370/08. www.sidint.org/development

CARVALHO, Inaiá M. M. de. Mercado de Trabalho e Vulnerabilidade em Regiões Metropolitanas Brasileiras. **Caderno CRH**: revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, Salvador, v.24, n°62, p. 397-423, maio/ago, 2011.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; SOUZA, Angela G. PEREIRA, Gilberto C. Polarização e Segregação Socioespacial em uma Metrópole Periférica. **Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA**, Salvador, v.7, n.41, -281- 297, maio/ago., 2004.

CARVALHO, Inaiá, PEREIRA, Gilberto. **Como Anda Salvador**. Salvador: Edufba, 2006.

DRUCK, Graça. O Avanço da Terceirização do Trabalho: Principais Tendências nos Últimos 20 Anos no Brasil e na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 21, n. 2, p. 399-416, abr./jun. 2011.

GRANZIERA, Maria Luiza Machado. **Direito de Águas**. Atlas. ANA. 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. The Challenges of Multi-stakeholder Management in the Watersheds of São Paulo. **Environment and Urbanization**, Londres, v. 16, n. 2, p. 199-211, 2004.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos; ARANTES, Otilia. **A cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. Metrópole, Legislação e Desigualdade. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, nº 48, pp. 17- 48, 2003.

MARICATO, Ermínia. **Nunca Fomos tão Participativos**. Disponível em www.cartamaior.org.br. Acessado em 10/04/2008.

MARICATO, Ermínia. Globalização e Política Urbana na Periferia do Capitalismo. **Revista Territórios**, 2008. pp. 188-205.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da Política Urbana no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

MORENO, Luis Alberto. (Presidente del BID) **Agua y Saneamiento en el Mundo. Una assinatura pendiente**. España. Zaragoza. 14 de julio de 2008.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

CARVALHO JUNIOR, C. V.; SILVA, D. V.; PESSOTI, G. C.. Análise da Evolução da Economia Baiana entre 1975 e 2010 sob Novo Enfoque de Contas Regionais. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 215-234, 2011.

PESSOTI, G. C.; SAMPAIO, M. G. V.. Transformações na Dinâmica da Economia Baiana: Políticas de Industrialização e Expansão das Relações Comerciais Internacionais. **Conjuntura & Planejamento**, v. 2, p. 36-49, 2009.

BRUNO Casseb Pessoti; PESSOTI, G. C. A Economia Baiana e o Desenvolvimento Industrial: uma análise do período 1978-2010. RDE. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 13, p. 28-45, 2010.

PESSOTI, G. C.; SAMPAIO, M. G. V. Século XXI e Atração de Investimentos Industriais na Bahia: uma tentativa de interiorização e diversificação industrial. **Revista Desenhavia**, v. 10, p. 55-72, 2009.

PETRELLA, Riccardo. **O Manifesto da Água: Argumentos para um Contrato Mundial**. Editora Vozes: Petrópolis, 2004.

SANTOS, B. S. A **Reinvenção Solidária e Participativa do Estado**. In: **Seminário Internacional Sociedade e a Reforma do Estado**. Disponível em www.planejamento.gov.br/arquivos_down/seges/publicacoes/reforma/seminario/Boaventura.PDF Acesso em 21 maio 2007.

SAMPAIO, Rosely Moraes. **Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental na Cidade da Bahia (2005-2008)**. 2009, 171f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana – Meau) – Escola Politécnica, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.

SANTOS, Maria E. *et al.* **O Caminho das Águas em Salvador**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2010.

SALVADOR. **Lei nº. 7.400/2008, de 23 a 25 de fevereiro de 2008**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município do Salvador (PDDU) 2007 e dá outras providências. Salvador, Diário Oficial do Município, 23 a 25 de fevereiro de 2008.

SILVA, Camila Eugênia. **Conselho municipal do meio ambiente de salvador (Coman) e democratização da gestão local**. (Monografia). Salvador: ADM, 2011.

**Maria Elisabete
Pereira dos
Santos**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - IFCH/UNICAMP. Atualmente é Coordenadora da Coordenadoria de Produção de Indicadores Urbano-Ambientais da SEDHAM/PMS, pesquisadora do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais - NEPOL/CIAGS/UFBA, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Águas - Grupo Águas, registrado no DGP/CNPq, Professora Adjunta da Escola de Administração da UFBA e Editora da Revista VeraCidade. Atua na área de política e gestão urbano-ambiental, gestão de serviços públicos, política ambiental e das águas, sustentabilidade, políticas públicas e direito alternativo.

**José Antônio
Gomes de Pinho**

Doutor Regional Planning pela LSE- University of London, é professor associado III da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Editor da Revista Organizações & Sociedade (O&S). Leciona na área de Ciência Política, com ênfase em Estado e Sociedade. Realiza pesquisa nas áreas de governo eletrônico, democracia digital, sociedade da informação/internet, corrupção, governo local, futebol. Coordenador do grupo de pesquisa NIDES - Núcleo de Internet, Democracia, Estado e Sociedade registrado no DGP/CNPq.

Renata Rossi

Doutoranda em Administração pelo NPGA/Escola de Administração/ Universidade Federal da Bahia onde desenvolve o projeto intitulado Águas como Mercadoria: A Gestão no Brasil e em Cuba. Integra o Grupo Águas (ÁGUAS, Ambiente e Sociedade), registrado no DGP/CNPq e participa de projetos de pesquisa sobre Política das Águas, Gestão, Regulação, Estado, Mercado, Ambiente e Sociedade.

Rosely Sampaio

Mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia e possui Mestrado Profissionalizante em Administração pelo NPGA/Escola de Administração/Universidade Federal da Bahia. Integra o Grupo Águas (ÁGUAS, Ambiente e Sociedade) registrado no DGP/CNPq, tendo participado de projetos de pesquisa sobre Política das Águas e Gestão.